

31. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de euros)	
	2020	2019
Aplicações conta caução	324.501	468.123
Associadas	425	631
Bonificações a receber	9.750	9.429
Despesas antecipadas	24.186	25.757
Devedores por operações de futuros e de opções	281.991	98.965
Atividade seguradora	5.355	5.882
Devedores		
Residentes		
Processos judiciais pendentes / acordos com o Banco	14.023	14.832
SIBS	4.832	6.183
Valores a receber de imóveis, cessões de créditos e outros títulos	105.003	40.361
Outros	18.579	18.575
Não residentes	96.346	31.832
Dividendos a receber	4.672	—
Juros e outros proveitos a receber	64.320	55.628
Operações sobre títulos a receber	498	7.256
Ouro e outros metais preciosos	3.743	3.769
Outros impostos a recuperar	16.393	20.473
Património artístico	28.817	28.818
Prestações suplementares de capital	165	165
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.071	16.604
Responsabilidades com benefícios pós-emprego (nota 50)	93.041	10.529
Suprimentos	239.735	238.449
Valores a cobrar	74.119	74.469
Valores a debitar a clientes	21.278	225.073
Contas diversas	109.311	85.247
	1.562.154	1.487.050
Imparidade para outros ativos	(265.342)	(247.916)
	1.296.812	1.239.134

Conforme referido na nota 47, em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de Suprimentos inclui o montante de Euros 232.421.000 (31 dezembro 2019: Euros 231.136.000) resultantes das operações de cedência de crédito para fundos especializados de recuperação de crédito para os quais existia uma perda de imparidade de igual montante.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica Aplicações conta caução inclui o montante de Euros 286.315.000 (31 dezembro 2019: Euros 431.226.000) relativo às Câmaras de compensação / *Clearing* de derivados.

A rubrica Operações sobre títulos a receber inclui montantes a receber no prazo de 3 dias úteis relativos operações de bolsa.

Considerando a natureza destes valores registados nas rubricas de outros ativos e consoante a antiguidade dos valores destas rubricas, é procedimento do Grupo avaliar periodicamente a cobrabilidade destes montantes e sempre que sejam identificadas evidências de imparidade, é registada uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	(Milhares de euros)	
	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	247.916	285.141
Transferências	15.464	3.442
Dotação do exercício (nota 12)	17.184	14.107
Reversão do exercício (nota 12)	(9.636)	(7.606)
Utilização de imparidade	(5.381)	(47.173)
Diferenças cambiais	(205)	5
Saldo no final do exercício	265.342	247.916

32. Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020			2019		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais						
Banco de Portugal	—	7.510.013	7.510.013	—	3.940.496	3.940.496
Bancos Centrais estrangeiros	—	94.713	94.713	—	109.508	109.508
	—	7.604.726	7.604.726	—	4.050.004	4.050.004
Recursos de outras instituições de crédito no país						
Depósitos à ordem	97.151	—	97.151	112.244	—	112.244
Depósitos a prazo	—	313.560	313.560	—	92.471	92.471
Empréstimos obtidos	—	—	—	—	1.771	1.771
Depósitos a colateralizar operações de CIRS e IRS (*)	—	120	120	—	1.060	1.060
Outros recursos	—	229	229	—	—	—
	97.151	313.909	411.060	112.244	95.302	207.546
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro						
Depósitos a muito curto prazo	—	—	—	—	640	640
Depósitos à ordem	110.625	—	110.625	109.004	—	109.004
Depósitos a prazo	—	216.818	216.818	—	169.413	169.413
Empréstimos obtidos	—	467.353	467.353	—	1.784.671	1.784.671
Depósitos a colateralizar operações de CIRS e IRS (*)	25.211	—	25.211	18.484	—	18.484
Operações de venda com acordo de recompra	—	54.507	54.507	—	21.335	21.335
Outros recursos	—	8.459	8.459	—	5.861	5.861
	135.836	747.137	882.973	127.488	1.981.920	2.109.408
	232.987	8.665.772	8.898.759	239.732	6.127.226	6.366.958

(*) No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados (IRS e CIRS) com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respetivos contratos ("Cash collateral"), estes depósitos estão na posse do Grupo e estão dados como colateral das referidas operações (IRS e CIRS), cuja reavaliação é positiva.

Considerando as características do financiamento e a natureza do respetivo mutuante, o Grupo contabiliza a operação TLTRO III ao abrigo da IFRS9. O Grupo considera que a operação configura um financiamento a taxa variável, indexado a taxas variáveis fixadas administrativamente pelo BCE. Especificamente para o período entre 24 de junho de 2020, data de desembolso de fundos do financiamento em curso a 31 de dezembro de 2020, e 23 de junho de 2021, o Banco considera que, com elevado grau de probabilidade, cumprirá as condições exigidas para aplicação ao financiamento de uma taxa de juro correspondente à média da *Deposit Rate Facility* em vigor no período deduzida de 0,50%, com um máximo de -1%. Em consequência, reconhece nas demonstrações financeiras, para o referido período de contagem de juros, a taxa de -1%. Em 31 de dezembro 2020, a rubrica Recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais - Banco de Portugal inclui um financiamento associado a este programa no montante de Euros 7.550.070.000.